

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1126, DE 2021

Altera os artigos 1º, 2º, 4º e 9º-A e acrescenta o art. 3º- A na Lei 11.350/2006 para equiparar as atividades e definir piso salarial dos Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Autor: Deputado Wilson Santiago

Relator: Deputado Cabo Gilberto Silva

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de lei em tela propõe alterar a Lei nº 11.350/2006, que regulamenta a atuação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, para estender seus efeitos aos agentes de vigilância sanitária.

Foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), após ser distribuído, houve a devolução solicitada pelo Presidente da Comissão para designação de novo relator, no qual o Parecer do Relator, Deputado Marx Beltrão, foi pela aprovação, com substitutivo. Na mesma comissão houve a Apresentação do Requerimento de Audiência Pública nº 162/2022, pela Deputada Adriana Ventura.

Decorrido os prazos, o Projeto de Lei nº 1126/2021 seguiu para a Comissão de Saúde, no qual, o Relator, Deputado Marx Beltrão, deu Parecer pela aprovação, com substitutivo. Também, com apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 107/2023, pelo Deputado Zé Vitor e outros, em seguida o Projeto de Lei nº 1126/2021 seguiu para a Comissão do Trabalho (CTRAB), com Parecer do Relator, Deputado Carlos Veras, pela aprovação deste, com substitutivo.

Foi distribuída a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com Parecer do Relator, Deputado Hugo Motta, pela compatibilidade e adequação financeira e



orçamentária do Projeto de Lei nº 1126/2021, com emenda; do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho e de Administração e Serviço Público, com subemendas.

Por fim, a tramitação do Projeto de Lei nº 1126/2021 encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Sob regime de tramitação ordinário está sujeita à apreciação conclusiva pela comissão.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

Cabe a este Colegiado a análise da proposição quanto a Constitucionalidade da matéria em destaque, nos termos regimentais.

Os agentes de vigilância sanitária (AVS), de fato, exercem suas atividades laborais, com os mesmos brilhos dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE) – no tocante a prevenção, promoção e educação sanitária e epidemiológica, papel de extrema relevância na promoção de saúde e prevenção de doenças em nossas comunidades.

De fato, como bem expresso na justificção do projeto de lei sob nossa análise, os Agentes de Vigilância Sanitária:

Está à frente de todas as situações em que a saúde da população esteja exposta, tanto em relação aos riscos sociais quanto a sua vulnerabilidade física e biológica. Também, estão relacionados às atividades de vigilância sanitária a prevenção e manutenção da saúde e integridade física e mental do trabalhador.

Durante a pandemia da Corona vírus o exército de agentes de vigilância sanitária foi o primeiro contingente da saúde pública a ser mobilizado, para promover ações de combate a Covid-19, organizando barreiras sanitárias, ações de sensibilização e fiscalização, realizando visitas domiciliares e garantindo o



cumprimento das normas de isolamento e distanciamento dos cidadãos.

Apesar disso, a atuação dos AVS ainda não conta com regulamentação adequada. Eles sequer constam nominalmente da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho.

Assim, deixamos claro que a vinculação do AVS permanece na área de vigilância sanitária. Os agentes mantêm suas atribuições no sistema de vigilância em saúde, mas sempre no campo da vigilância sanitária.

Vale a pena destacar que, na Comissão de Finança e Tributação o relator, Deputado Hugo Mota deu parecer favorável, votando pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 1.126 de 2021, com emenda de adequação, bem como dos substitutivos adotados na Comissão de Saúde e na Comissão de Trabalho e de Administração e Serviço Público, com subemendas de adequação.

Nesse sentido, no que diz respeito ao aspecto da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica, entendo que as alterações aprovadas na Comissão de Finança e Tributação preenchem todos os requisitos legais, bem como seguiu as exigências do Regimento Interno em sua tramitação.

Mediante o exposto, **votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1126 de 2021**, com emenda de adequação apresentado pela Comissão de Finanças e Tributação, bem como dos substitutivos adotados na Comissão de Saúde, Comissão de Trabalho e de Administração e Serviço Público, com subemendas de adequação, apresentado pela Comissão de Finanças e Tributação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

